

TRANSPORTES

Governo pondera benefícios fiscais nos portos

Secretário de Estado dos Transportes quer que sejam ponderadas zonas de diferenciação fiscal que promovam criação de emprego, de empresas e de valor.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

O secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, deixou esta quarta-feira o desafio: "Porque não ponderamos, junto aos portos nacionais, uma zona de diferenciação fiscal que promova a criação de emprego, de empresas e de valor?"

O responsável, que falava na apresentação do estudo sobre "Revisão do Modelo Contratual e Mecanismos de Regulação do Sector Portuário", realizado pela Universidade Autónoma de Lisboa, admitiu a possibilidade de serem introduzidos benefícios fiscais neste sector. Algo que é já praticado noutros portos, como Barcelona, e que é hoje, depois da saída da troika, uma possibilidade para o país.

Na sua intervenção, Sérgio Monteiro começou por defender que "o sector portuário existe para servir". No âmbito das medidas de redução da factura portuária, depois das alterações à lei do trabalho portuário



João Carvalho, presidente do IMT, e Sérgio Monteiro, na apresentação do estudo.

e da eliminação da TUP Carga, estão neste momento a decorrer negociações com concessionárias para a revisão dos contratos. "Não faremos revisões de contratos unilaterais, não acreditamos no modelo populista de rasgar contratos", garantiu o secretário de Estado, que disse acreditar que "o bom senso prevaleça" e sublinhou: "Precisamos de extrair o máximo valor das infra-estruturas que existem". Em sua opinião, o país precisa de estar atento, já que o processo de renegociação coloca Portugal em desvantagem face a Espanha,

que "pode estender contratos até 50 anos", se daí resultarem vantagens para quem usa os portos e para a atractividade dos portos".

Para Sérgio Monteiro, os contratos de nova geração vão "realinhar incentivos entre Estado, administrações portuárias e agentes económicos". O governante referiu ainda um objectivo neste sector que vai para além do mandato deste Executivo, que é o aumento da capacidade. "Precisamos de não ficar a ver navios e pôr Portugal no mapa relevante dos principais agentes", afirmou. ■

GOVERNAÇÃO

Novos contratos para os portos

“

O Governo não imporá aumento da capacidade por decreto. Tem de surgir dos agentes económicos e do consenso.

SÉRGIO MONTEIRO
Secretário de Estado dos Transportes

Alterar o modelo de governação dos portos, centralizar as decisões em matérias de âmbito nacional, criar uma entidade reguladora independente, redefinir as linhas de orientação das concessões portuárias e criar um novo modelo tarifário. São cinco as medidas propostas no estudo da UAL sobre "Revisão do Modelo Contratual e Mecanismos de Regulação do Sector Portuário", apresentado esta quarta-feira. Entre as medidas concretas propostas, conta-se a definição de indicadores de desempenho "que cubram todas as vertentes de actuação das administrações portuárias; a consagração do princípio de que as receitas obtidas pelas administrações portuárias devem ser retidas pelo sector portuário; e a criação de um fundo sectorial para investimentos estruturantes nos portos para assegurar o financiamento dos investimentos necessários no sector".

Portos
Governo admite
benefícios fiscais para
actividade portuária

EMPRESAS 14